

Governo dificulta as queimadas

■ Medida é parte do pacote de prevenção a incêndios florestais como o que destruiu parte da mata em Roraima

Agência Estado - 24/3/98

BRASÍLIA - O presidente Fernando Henrique Cardoso lançou ontem um pacote de medidas para reduzir o volume de queimadas e combater com mais eficiência os incêndios na Amazônia. Dois decretos presidenciais e uma portaria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) determinaram a criação de um programa de monitoramento via satélite, prevenção e combate a incêndios nas áreas de floresta tropical e estabeleceram restrições ao uso do fogo em atividades agropecuárias na região.

O programa custará R\$ 26,8 milhões, dos quais R\$ 6,8 milhões estão previstos no orçamento da União e R\$ 20 milhões ainda dependem de negociações com o Banco Mundial. "Mas, com ou sem o empréstimo, o programa vai funcionar", disse o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause.

O Programa de Prevenção e Controle às Queimadas e aos Incêndios Florestais no Arco do Desflorestamento (Proarco) contará com quatro helicópteros e 80 veículos terrestres que se intercomunicam via satélite. No combate ao fogo, trabalharão 28 brigadas profissionais, formadas por moradores das cidades na região de

maior risco - o chamado "arco de desflorestamento". O "arco" é uma área de 1,8 milhão de quilômetros quadrados entre o Pará e o Acre, com altos índices de desmatamento e queimadas.

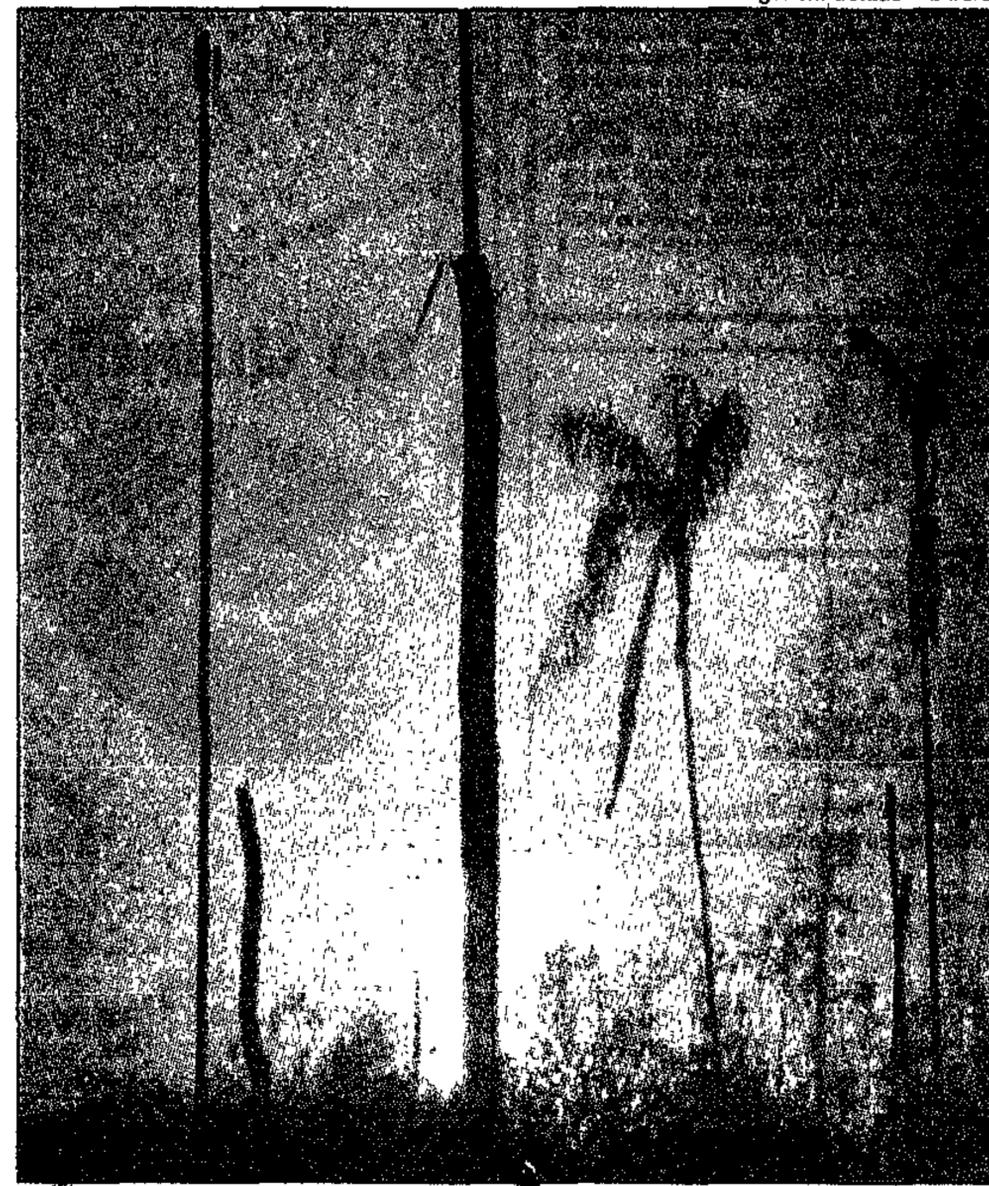
O Proarco unificará a coordenação do combate que já ocorre a estes incidentes. No âmbito do programa, estão o monitoramento da floresta através de dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a fiscalização do Ibama e da Polícia Federal e as atividades educacionais e de combate ao fogo, dos governos estaduais e municipais. "No episódio de Roraima, nosso erro foi não ter um sistema unificado de acompanhamento como este, o que não nos permitiu reagir de forma rápida ao incêndio", reconheceu o presidente do Ibama, Eduardo Martins.

Foram impostas restrições à chamada "queima controlada" com fins agropecuários. Um dos decretos dificulta a autorização para desmatamento e estabelece que as queimadas não podem ocorrer em períodos de temperatura elevada e de ventos fortes. O agricultor terá que comprovar que é proprietário da área a ser queimada.

A portaria do Ibama instituiu a

chamada "queima solidária". Segundo Eduardo Martins, a intenção é estimular grupos de fazendeiros vizinhos a realizarem uma só queimada, o que diminui o risco de o fogo fugir do controle. Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente, este tipo de acidente é a principal causa de incêndios florestais. Abolir definitivamente as queimadas, porém, não está nos planos do governo. "A curto prazo, ainda não é possível pensar em eliminar o uso do fogo no Brasil", explicou Gustavo Krause.

Mesmo reconhecendo que houve demora a agir em Roraima, representantes do governo reclamaram de "exagero" nas informações divulgadas à época sobre a área destruída pelo fogo. Segundo o diretor do Inpe, Márcio Barbosa, um levantamento do instituto não vem confirmando a estimativa que 10 mil quilômetros quadrados de floresta foram queimados. No discurso de lançamento do Proarco, o presidente Fernando Henrique disse que a área foi "ao redor de 3 mil quilômetros quadrados". O Ibama e o Inpe não confirmaram a informação. "O levantamento não está concluído", disse Márcio Barbosa.



Incêndio em Roraima foi menor do que se pensava, segundo o Inpe

09/10/98
2640160
12